ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 15/2025

(Plenária Presencial)

Aos vinte oito dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às onze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**;

Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Débora de Almeida, **Fundação O Pão dos Pobres**;

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários;**

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Natália Laurindo, **AHMI**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**;

Edemar Sarnagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**;

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV.**

Letícia Giardin, **Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS**;

Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

DEMAIS PRESENTES:

Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Bom dia, pessoal. Hoje a nossa plenária é agora de manhã. Só para dar alguns retornos. Nós temos uma reunião com a PGM para uma plenária. Ficou para o dia 11. Então, no dia 11/06, nós teremos uma reunião presencial com a PGM. Vai ser aqui na plenária mesmo. A Doutora Cristiane vai estar aqui, e é interessante que já possamos trazer nesse dia alguns apontamentos que consideramos pertinentes. Se possível, até já com o processo SEI. Assim, conseguimos ver se há algo para despachar, algum apontamento ou alguma dúvida que tenhamos. Se tivermos algum levantamento sobre isso, podem me passar, e eu encaminho para colocarmos em pauta. Na última reunião, também conversamos e faremos as reuniões entre comissões e CMDCA separadamente, pois chegamos à conclusão, que já sabíamos, de que são diferentes. Como somos conselhos diferentes, com resoluções diferentes, parece muito similar: um é câmara, o outro é comissão, parece igual, mas o olhar é diferente dentro das comissões, dentro das câmaras. É bem diferente um conselho do outro. E também, essa reunião será a normal, durante a plenária, para podermos trabalhar e conversar com ela. Por favor, me tragam pautas para podermos ter um momento mais rico. Também será criado, ou já foi criado, na verdade, um GT. Acho que já falei sobre isso na semana passada. Um GT para estudar um decreto que está sendo proposto e o que vai

regulamentar os fundos. Já foi indicado. O Mincarone se propôs e o Frei também se propôs na semana passada. Assim, poderemos conversar e pensar um pouco mais sobre isso. Na reunião da semana passada, foram trazidas várias questões. Uma delas é a questão da transferência de recursos e várias outras questões em que se entende, como secretaria, que às vezes não é interessante que seja feito. Eu sempre debato se a questão é não ser interessante ou se não há condições técnicas para tal, pois são duas coisas diferentes. Uma coisa é não ter... Por exemplo, ao fazer um levantamento manual de valores, é complicado procurar valores de três, quatro, cinco anos atrás. Agora, se tivermos um programa ou algo mais rápido e eficiente, ele faz isso por nós. Acho que são algumas questões que não podemos deixar de fazer por questões técnicas. Outro assunto é a reunião com o secretário da SMIDH e também o Nelson Guarda, na próxima semana, dia 04/06, às 11h. A pauta é um processo que o Carlos Simões estava tocando, sobre a campanha "O Olhar é Crime", do vídeo que o Frei e o Carlos nos apresentaram. Teremos uma reunião na próxima semana com o secretário Gelson Guarda e o secretário da SMIDH para avaliar a viabilidade de colocar essa campanha ainda mais na rua, o quanto antes. Quem puder participar, será aqui mesmo; só precisaremos subir. Outra questão: recebemos dois ofícios. Um deles é da AFASO, e ambos são na mesma linha. Eles questionam a resolução 40, que aprova a transferência de 12 milhões para a assistência social. E solicitam especial atenção para as instituições que já executam serviços na política da assistência social e que não foram contempladas com o valor da qualificação. Eles trazem outros questionamentos também. O Fórum também enviou um ofício na mesma linha, puxado pelo Fórum da Educação Infantil, o qual eu presido, requisitando valores para um aporte na educação infantil. O que eu queria conversar com vocês é sobre a possibilidade... Depois, posso colocar esses dois ofícios no grupo para começarmos a pensar. Já tínhamos falado sobre isso anteriormente, quando conversamos sobre delimitar para o serviço de convivência. Mas, pensando que temos a possibilidade de fazer os recursos chegarem da mesma forma como vai qualificar o serviço de convivência, acho viável fazermos isso para os demais serviços também. Poderíamos pensar em um percentual para todos os serviços da assistência e um percentual para todos os serviços da educação. Dessa forma, conseguiríamos, e penso naquele projeto técnico que estávamos organizando, fazer a qualificação e a melhoria dos prédios da educação infantil, pensando também no acolhimento institucional, no trabalho educativo. Poderíamos ter um olhar melhor para todos os demais serviços, deixando um recurso em caixa para, aí sim, fazer um edital para as instituições que não têm parceria. Poderíamos pensar nessas instituições ou, como eu estava

conversando, em projetos inovadores, algo nessa linha. **Francyne da Rosa, CEMME:** Nós tínhamos discutido, inclusive, essa questão do repasse financeiro para a SMED, para as escolas de educação infantil. Mas falamos sobre o olhar da prefeitura em relação à SMED; existe um investimento da prefeitura na SMED, como a compra de vagas. Na assistência social, principalmente no serviço de convivência, isso não havia. Mas também falamos na possibilidade de fazer um edital para a educação infantil, de contemplar financeiramente a SMED de outra forma. Talvez não seja exatamente da mesma forma que a assistência social, como estamos conduzindo agora. Até porque temos que ver o saldo disso. Não sei quanto valor ainda teria para viabilizar desta forma. Mas, uma forma que pensamos naquele momento foi proporcionar um edital para as escolas de educação infantil, um edital no modelo que permite construção, mas que também exige um RH, para que possam submeter um projeto por inteiro. Acho que temos que ver apenas a questão orçamentária, se cabe dentro do recurso existente. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu concordo com o que a Francyne disse. A minha pergunta é: o que eles pretendem na educação? Porque a educação, por legislação, é 25%, e hoje acho que deve estar até um pouco mais, mas enfim, isso é uma questão do município. A outra coisa é que nós, enquanto conselho, não podemos gerar despesas para o município, pois não conhecemos o recurso. Isso sim é inviável. Esse recurso vai fazer o quê? Nós, como conselho, vamos conceder recursos para o aprimoramento do espaço físico, para a folha de pagamento? Qual é a demanda do fórum? "Ah, não tenho servidor, não tenho funcionário?". Acho que não. Ou podemos também, não sei, mas tudo tem que ser pensado, podemos fazer um aporte extraordinário, mas para quê? Vou qualificar o quê? Vou conceder mais merenda, se sei que já há recurso para merenda? Vou conceder para folha de pagamento, mas sei que já há recurso? Acho que a educação, neste momento, é muito diferente da assistência social. Pode até haver uma sobreposição de crianças no público, mas são atendimentos extremamente diferentes, no meu pouco conhecimento. Isso tem que estar muito claro. Não é porque foi concedido para A que B também quer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não é porque se deu para um que se tem que dar para o outro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Até porque os valores são totalmente diferentes. Esse olhar tem que existir. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu compreendo. Eles estão pedindo para três coisas:

qualificação, construção e reforma. Acho que são essas três palavras. O que está na linha é poder, por exemplo, fazer a aquisição de ar-condicionado. Não tem ar-condicionado nas salas. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Sim, mas às vezes não é comprar um ar-condicionado se a rede elétrica não aguenta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, melhorar a rede elétrica também é qualificar o espaço. A parte boa, vamos dizer assim, é que essas instituições, todas da educação, pegando a educação infantil, tanto faz todas as que têm serviço parcelizado, teoricamente já têm um acompanhamento da secretaria. Teoricamente, a secretaria sabe qual é a necessidade que ela já tem. Tanto os serviços da educação quanto os da assistência, também já sabemos que o recurso é insuficiente. Não dá para dizer que o recurso é suficiente, porque não é verdade. A ideia que foi trazida é para fazermos um valor pontual, não na mesma linha da assistência. Não será: nós começamos a pagar e a prefeitura continua depois. É um valor pontual, como se fosse um valor X para tal questão. "Ah, é para ampliar uma sala", "para qualificar este espaço", ou "para melhorar a rede elétrica". Nessa linha. Só para vocês terem uma noção, um exemplo da Topogigio: a Topogigio tem que fazer toda a rede elétrica dela. Toda! Só da minha cozinha e do meu refeitório, é mais de R$ 30.000,00, então falta o restante todo, eu tenho mais 9 salas. Imagina quantos mais R$ 30.000,00 vão aí. Isso é porque, lógico, também fui ampliando e chegou no momento de esgotar. Agora, ou eu arrumo, ou eu não ligo mais luz. É bem isso. Mas chega um momento em que se tem que arrumar. A proposta é para poder qualificar pontualmente. Já tínhamos falado isso com a prefeitura, com o André Coronel, com o Secretário Mateus e com o Secretário Leonardo, da SMED. Todos os secretários não vêem empecilho. Pelo contrário, acham maravilhoso um dinheiro ali. É possível a gente fazer este aporte. Conseguimos fazer principalmente, e acho que é uma linha que nós, como conselho, estamos trabalhando bastante a questão do trabalho infantil, de combater a lista de espera gigante da educação infantil. Acho que conseguimos fazer o dinheiro chegar lá na ponta muito mais rápido neste momento. Para os outros momentos, aí sim, penso que podemos organizar um edital. Gente, a gente sabe a novela mexicana em que estamos envolvidos com esses editais. Se bobear, vai juntar mais 30 milhões, e não vamos mandar 30 milhões para as instituições. E também, o quanto a gente ouve de forma errada por aí, de que estamos sentados em cima do dinheiro. Eu ouvi na semana passada, de várias instituições, que nós, conselheiros, não queremos liberar o dinheiro. Sabe? Nós, conselheiros... É como eu digo: "Me dá o teu pix"; só falta isso, para eu mandar o

dinheiro agora. Mas não é isso. Quem dera que fosse, que conseguíssemos organizar os textos a contento, organizar as despesas. Não é isso. Não fica em nós essas questões. Nós estamos trabalhando nos textos dos editais que estávamos pensando há mais de um ano. Mais de um ano. Então, olha, é complicado. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, às vezes tenho uma preocupação com esse viés que estamos tomando. Estamos tentando mudar a legislação do município para a questão dos repasses do Funcriança para as organizações. Antes, fazíamos a partilha; depois, foi exigido que pensássemos em editais para que a questão fosse mais justa. Quando surgiu essa oportunidade de aportar recursos para os cofres públicos para depois chegar às instituições, todo mundo achava que era um risco, pensando na questão das enchentes. Agora, estamos nesse aporte para a qualificação. Que vai direto para a assistência. Ainda bem que na assistência são inúmeros os programas e serviços da Secretaria de Assistência Social. Sabemos que, realmente, há uma dificuldade financeira da assistência social em receber recursos nacionais para chegar ao município. E Porto Alegre é um município que tem o cofinanciamento maior, porque o estado não repassa nada, e o nacional vem para certos programas. Também não é do Funcriança que vai sair esse financiamento para a qualificação. Então, essa saída foi boa, essa primeira parte, da qualificação e do reajuste, porque já tem definido o prazo, se é para 1 ou 2 anos. E aí, teve essa combinação, esse acordo de que, dali para frente, será a prefeitura. Então, as organizações vão cobrar lá. Quanto à SMED, nas reuniões em que participei, não sei se é esse mesmo secretário, mas ele sempre se achou autossuficiente no discurso dele. Tanto que, nas questões da enchente, das 87 organizações, ele não aceitou o recurso do Funcriança, porque já dizia que estava com o cofre cheio e que ele resolveria. Não queria apoio nem do Fórum, nem do CMDCA. Não quis. Então, pode haver o problema, depois, de as organizações ficarem cobrando de nós o que, depois, eles terão que dar como contrapartida. Ele dirá: "Não, o acerto de vocês foi com o CMDCA". Então, tem esse risco. Por isso, é bom esse diálogo, esse debate, para dizermos: "Não, as organizações estão pedindo, estão necessitando". Estão. Mas qual o melhor caminho? E para essas pontuações que a Carol leu ali, de reforma, construção, isso está necessitando em Porto Alegre. Não se aumentam as metas nas organizações comunitárias porque elas não têm recurso para fazer uma sala a mais. Então, a gente pode definir. Pode ser para isso. Mas também pode ser direto do Funcriança para eles, sem intermediação de secretaria, com um edital para essa questão pontual de reforma, de construção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Eu te compreendo, só que, Paulinho, nós estamos hoje numa… Eu não quero dizer uma queda de braço, mas está quase uma queda de braço. Nós estamos hoje com uma situação em que temos aquela resolução, de acordo com a Resolução 92 do CONANDA, se não me engano, em que permitimos uma série de questões, entre construção, aluguel, um monte de coisas, lembram? Aquela resolução ali, nós estamos com um problema dentro da secretaria, porque ela não é compreendida de como a gente pode permitir, porque tem uma outra que vai contra a 13.019. Assim, se a gente for pela linha, aqui por dentro da secretaria, por dentro do Fundo, por dentro do Conselho, se a gente for permitir um edital de ampliação ou de alguma coisa assim, vai trancar tudo. Então, assim, o que eu digo? Eu não quero dizer que é uma queda de braço, mas está muitas vezes sendo isso. Então, assim, acho que a gente tem que vencer algumas questões técnicas antes até de fazer alguma outra coisa. Porque nós estamos com o edital de 22, ainda tem instituições em que, até o mês passado, se não me engano, estavam recebendo. Nós estamos com mais de 30 instituições com pendências de prestação de contas do edital de 22. Na resolução 87, que é da enchente, são 7 instituições que ainda não receberam por burocracia da prefeitura. Então, assim, sinceramente, estou tentando sair da burocracia. Se a burocracia maior está dentro dessa secretaria SMED, se a gente conseguir hoje, hoje, estou falando de hoje, dia 28, se a gente conseguir hoje pegar um recurso e mandar para a SMED e para a FASC, para que chegue nas instituições e as instituições consigam construir pela documentação normal da sua secretaria já de referência, para mim é melhor. Que a instituição consiga adquirir, construir, reformar, manter e aí não me vierem com papinho de que tem que ser por licitação. Para mim é muito melhor. Porque, assim, eu estou com algumas questões em que eu não estou querendo entrar na briga, sabe? Porque, sei lá, assim, acho que o meu lado infantil já vem e já quer morder o coleguinha. É complicado. **Francyne da Rosa, CEMME:** Só para contribuir, eu acho que é legítimo que estejam fazendo essa solicitação, em vista que está sendo viabilizado desta forma, que foi a forma que o conselho conseguiu de chegar o dinheiro de uma forma mais rápida, porque é isso, os editais a gente estava batendo cabeça há meses, porque não estava conseguindo adequar a aprovação aqui da secretaria. É a forma que foi encontrada de viabilizar que o recurso chegue nas instituições. Mas foi analisado, em primeiro momento, uma maior necessidade na assistência social, não que na SMED, nas escolas de educação infantil, também não seja necessário. Eu só acho que a gente precisa ver o recurso total, ver ali o que ainda é possível aportar de recurso, porque eu acho

que também tinham outros projetos rodando com esse recurso. Se houver, se o recurso for suficiente, se o recurso conseguir contemplar, eu acho que era uma segunda, um segundo momento fazer contemplar a SMED. Isso já estava no plano, assim, das discussões. Claro que, num primeiro momento, a assistência social por estar mais defasada, mas a SMED, ela não saiu dessa pauta de necessidade. A questão, eu acho, é só ver essa estrutura financeira que se tem, se vai aportar com os outros projetos, que inclusive, acho que no final da plenária, o Paulinho retomou, da semana passada, que tinham dois projetos ainda em tramitação, assim, que é, não sei, os jovens, o OP da Juventude, os 35 anos do ECA, e aí vai a conferência, recursos aí destinados. Mas, claro, eu acho que precisaria, isso que a senhora falou, de ter essa justificativa mais elaborada, para que não fique essa situação: "Ah, o A ganhou, eu também quero", mas que se tenha essa justificativa de fato. A gente sabe que tem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu sugiro que isso seja uma pauta já com a procuradora, porque, de toda forma, penso que, mesmo que seja para as OSCs que tenham termo aditivo com a SMED, ele não pode alterar o objeto. E daí, de que forma que se operacionaliza? Tu entendeu? Eu acho que talvez, se não pode alterar o objeto lá da parceria original. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, mas não é para alterar. Ele é para qualificar. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Sim, mas o que ele vai qualificar? Então, é isso que eu quero dizer, acho que talvez a gente tenha que pensar: "Olha, a qualificação vai se dar para A, para B, para C, dentro desses critérios". Alguma coisa, mas enfim, acho que talvez seja uma pauta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Até porque a gente tem que sair daqui, a gente tem que botar na resolução amarrado o que seria. Da mesma forma que a gente colocou, da mesma forma que a gente colocou lá no serviço de convivência, que é para seis ou 14, seis a 15, que a gente colocou lá para o serviço de convivência, a gente tem que colocar aqui também. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, que a gente possa conversar com ela explicando essa lógica, para ela pensar como que a gente pode. Mas eu concordo, é questão orçamentária agora. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Eu participei da reunião e eu fiquei na dúvida lá porque teve duas pessoas que estavam com divergências lá. Eu vi que ficou um embate ali sobre a questão do valor repassado, que um deles falou que a verba

tinha que ser destinada de acordo com a instituição e o outro falou que a verba tinha que ser destinada de acordo com o número de crianças. Daí eu fiquei na dúvida, tipo, o que seria melhor? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, isso aí eu nem trouxe aqui, porque o que eles questionaram lá, né? É que eles, por exemplo, pegando o recorte da educação infantil, a educação infantil hoje tem 224, se não me engano, instituições parceirizadas. Então, audaciosamente, eles pegaram os 18 milhões que teoricamente a gente ainda tem aqui e dividiram entre as 224, simples. Mas, aí depois eu trouxe para eles que não vai ser dessa forma, que não é assim, que a gente tem que pensar, ver os outros serviços, deixar um dinheiro em caixa, também, tudo isso. Então, mas ainda o que eles trouxeram? Se pudesse ser ou por instituição, ou por quantidade de atendimento, isso pensando tanto educação quanto assistência. E isso a gente tem que pensar como é que a gente vai organizar. E isso eu acho que vai dentro da resolução, da mesma forma que a Sônia falou, para que é, onde pode ser gasto e qual é a forma de divisão. Isso também tem que ser construído junto com a prefeitura e junto com a PGM. Porque também não adianta, a gente, isso eu também falei lá, não adianta a gente dizer: "Vamos liberar um dinheiro para a SMED e para a FASC". Aí chega lá a SMED e a FASC: "Não quero. Não quero o dinheiro. Estou bem aqui. Vai me dar mais trabalho". E aí fica o dinheiro emperrado de novo. Então, é uma construção também política para que as ambas secretarias possam também saber de que é um recurso pontual, que não é um recurso que depois eles tenham que continuar. E, aí o que eu já trouxe daí com a conversa da SMED, com o Coronel André e com a Defensoria Pública é, a única questão que daí sim a prefeitura teria que continuar é nas ampliações de prédio, que daí esses prédios de ampliação de prédio é também para específico para a educação infantil e que a prefeitura depois vai parceirizar. Mas isso também já está amarrado também essa parceirização, porque daí até a SMED, lá atrás, numa reunião de defensoria, disse que tem interesse também. Isso é bem lá atrás, quando a gente começou a conversar sobre isso. Pegando os valores, nós tínhamos em fevereiro de 25, de acordo com a prestação de contas da Jennifer, tínhamos 27 milhões. Tinha 27, eu não botei os restantes, tá, mas é 27 milhões. Menos 12 para assistência, sobra 15. Então nós temos, teoricamente, 15 milhões. Desses 15 milhões, nós temos os 35 anos do ECA, o OP da Juventude, 35 a gente deixou 300, o OP da Juventude 500, e a conferência 300. E também tinha a campanha, não sei do que era campanha de alguma coisa que a gente disse. Então, nisso tudo, fica 2 milhões. Tá? Pensando todos os projetos que a gente tinha começado e que,

teoricamente, todos os projetos, eles estão com parceria entre as duas secretarias, eu faria uma proposta de 10 milhões para SMED e FASC. Deixaria 2 ou 3 milhões para um edital para quem não tem ou não tem parceria ou propostas inovadoras e indiretos. E a gente fecharia praticamente o dinheiro que a gente tem. Mas, como a gente não vive embaixo de mau tempo, a gente só tem boas notícias, mas também a gente tem péssimas. A Jennifer me passou uma listagem que eu ainda não consegui esmiuçá-la totalmente, mas eu trouxe para a reunião de Finanças e Políticas ali, que depois eu até posso compartilhar com vocês. Não, não vou compartilhar porque tem o nome de algumas instituições lá. Mas, assim, o que é? Não, é que eu fico pensando assim: "Meu Deus, isso aqui vai dar muita bomba"; mas tudo bem. Tem instituições em que perderam o prazo de resgate do recurso desde 2017. Tem essa listagem. Tá? Então, pela Resolução 150, nós temos o período de 2 anos para captar, mais 180 dias para resgatar e mais 180 dias para depois o choro fazer de novo, né? Daí tu pede mais uma chance. Então, 3 anos para tudo. Essas instituições, elas perderam. Nós estamos ali, eu estou só terminando de ver algumas instituições ali de 24. Então, o que eu pensei ali? De fazer uma resolução por ano, citando as instituições. Então, instituição 1, 2, 3, 4, 5, perdeu o recurso de 1 milhão, perdeu o recurso de 500 reais, perdeu o recurso de 10 reais, perdeu o recurso não sei o quê. Eu não consegui fazer o cálculo total de quanto que dá o total, mas eu vi que tem algumas instituições que são 500 mil, outra instituição que é 1 milhão. Então, eu acredito que só nesse valor de corte, a gente vá ter provavelmente mais uns 2 milhões. Então, só que são instituições que estão captando hoje com outras cartas, sabe? Então, assim, o que eu gostaria de ver ali, que daí eu já pedi para a Jennifer, é os processos SEI de cada instituição para ter certeza de que essa instituição, ela não fez transferência em momento algum. Porque se ela fez transferência desse valor, esse valor está em outro projeto. Então, só para a gente ter certeza disso aí. E o que eu pensei também é de que quando a gente fizer a resolução, dar um prazo de contestação. Alguma coisa nessa linha, sabe? Para que a instituição, para que ela pudesse dizer de que: “Olha, vocês estão errados, esse dinheiro está aqui, está lá, sei lá o quê”. Alguma coisa nessa linha, assim. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu não entro no mérito. Mas, eu acho que daí no outro tu vai dizer assim: “Por que tu não utilizou?”. E aí ela vai dizer: “Não, mas aí eu quero”. E daí ela está fora. E aí, como é que tu vai depois indeferir? Eu acho que é só nesse pensamento. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Ela vai justificar algo que de repente ela mandou para cá e não teve resposta, ou demorou, ou a gente não sabe. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**

Fazenda – SMF: Eu acho que se a Jennifer encaminhou essa listagem, é porque isso já foi avaliado. Ela já viu que não teve transferência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A Jennifer é a chefe do financeiro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É, então eu tenho a impressão que ela não colocaria a instituição lá se isso já não tivesse. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, eu tenho certeza também de que ela já possa ter feito todo este olhar. Ela disse assim: "Ah, tem essas instituições aqui que estão pintadas de vermelho, que ainda continuaram recebendo na carta que já tinha vencido". E aí também isso é uma outra questão que também tem um problema técnico daqui de dentro. Então, assim, são algumas questões que a gente vai ter que ver. Mas, que nem eu disse assim, eu disse para ela assim: "Ai, acho que vou fazer num bolo só". Aí ela: "Meu Deus, vai dar uma gritaria, todo mundo vai para o secretário direto". **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas eu acho que daí o conselho pode oficiar o secretário. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, tem que. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Oficia antes de fazer. Mas se as resoluções dizem isso, eu acho que tem que fazer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, eu acho que a gente está embasado na nossa resolução, sem problema nenhum. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Acho que isso também, levar isso até no próprio Fórum. Acho que pode pautar dizendo: "Pessoal, vocês se atentem a isso e tal". Alguma coisa nessa linha. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu levo também. Vou até marcar para mim também aqui. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Inclusive, "Revisem seus projetos, quem tem carta, quem não tem, peçam, perguntem, questionem". Alguma coisa assim. Mas isso eu acho que é uma pauta recorrente. Acho que mensalmente tem que dizer: "Ó, lembrem, 180 dias. Vence 30 de junho e 30 de dezembro". Sabe? Mas eu acredito que vai haver choro sim. **Denise Zulmira, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu entendo assim, nada contra nenhuma entidade, óbvio que enfim, mas assim, foram 180 além, mais 180 além. Então, tá, algum pode ter tido alguma questão de extravio, sei, acontece também. Mas assim, se

foram várias que perderam, poxa, tem que se ligar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mais de 20. **Denise Zulmira, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Pois é. Não tem muita justificativa. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu não vi também essa listagem, não sei, mas às vezes… Eu já vi, assim: ah, mudou a diretoria da OSC e mudou todo mundo e daí ninguém sabe nada. Eles fecharam, ninguém procurou. A gente entende. **Denise Zulmira, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Se entende, só que juridicamente o conselho está embasado que perderam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só que assim, fica dentro da conta que tem. Só que o que a gente estava vendo assim, é que cada momento que a gente tinha prestação de contas: "Ah, mas ainda tem instituições em que estão com dinheiro pendente". "Ah, mas quando é que essa carta termina? Quando é que essa carta…?". Daí a gente fez a resolução de corte de que até aqui, se tu não sacou o dinheiro, vai ser para o fundo livre. E a partir daí, então, é a Resolução 150 que diz: 2 anos, mais 180 dias, mais 180 dias. É isso. Tá? Então, só para vocês saberem, eu vou ver depois se a gente vai pensar como é que vai ser. São instituições de todos os tamanhos, são instituições nossas aqui do conselho também. E que daí, por isso que eu quero dar uma olhada certinho no SEI, para ter certeza qual é o processo. **Denise Zulmira, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Porque assim, até eles podem vir justificar e tentar de alguma forma reverter, só que assim, juridicamente o conselho está correto, está respaldado. Então, a gente limita, ensina a criança a ter os seus limites, a ter os seus prazos a cumprir, a gente precisa também ter essa postura. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Bem isso. Bota para nós aquele texto da resolução lá. Esse aqui é o texto da resolução de recadastramento, tá? Então, na semana passada a gente viu lá no Pão o formulário, tá? O formulário está sendo arrumado, aquelas questões que a gente fez o apontamento. E aqui, então, é a resolução, convocatória, né, para este processo de recadastramento. Vai que é tua, Paulinho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Bem, então a resolução é só um norte, né, para aquele recadastramento, como já foi apresentado o formulário. O formulário é praticamente aquele, o Erico ficou com ele para dar só um ajuste, mas não vai mudar nada. E para isso a gente tem que ter uma resolução convocatória, como teve em 2014, quando passaram de

SASE para serviço de convivência, mesmo sem ser, né, como diz o [Inaudível]. Nunca foi serviço de convivência, foi SASE. Mas mesmo assim a gente colocou todos os programas para mudar lá no SIAS também, né? Para serviço de convivência, que tudo era SEMA. Então, está um texto aqui que a gente, que a gente escreveu. Tivemos ali a assessoria da Larissa. Essa de vermelho ali, foi um acréscimo que a Larissa fez, né? Mas nos demais, os documentos aos que estão na Resolução 100. Então, no artigo 1º ali é convocar as organizações da sociedade civil, registradas neste conselho, para fazer o recadastramento e atualização de dados, a fim da emissão do atestado de funcionamento com a validade de 2 anos. Para este recadastramento, as organizações deverão preencher o formulário que consta no site. Eu creio que o Fórum vai… **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, a gente vai distribuir. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Que o Fórum também vai via e-mail, como eles sempre fazem, né, quando tem editais, etc., para ajudar na divulgação. E ali tem um requerimento que é padrão, que foi preenchido lá, que ele… Os documentos foram o que já foi preenchido. Vocês já viram lá no formulário. No artigo 2º ali, o prazo para recadastramento e atualização será de 1º a 30 de junho de 2025. Aí era um artigo só, então nós preferimos fazer dois. Abri ali o 3º. A OSC que concluiu o recadastramento receberá o atestado de funcionamento válido por 2 anos, que vai de junho de 2025 a junho de 2027. Caso a OSC não realize o processo de recadastramento, ficará em situação irregular neste conselho, tendo seu registro cancelado. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Cancelado ou suspenso? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu acho que é cancelado. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Cancelado, daí ela teria que fazer um novo pedido de registro. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, suspenso é a mesma coisa. Porque se está suspenso, eles vão ter que reativar o registro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas aí só reativa. Eu acho que se ele cancela o número 10, ele pode entrar no número 50. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** então, suspenso. Parágrafo único: "O atestado será emitido com a validade de 2 anos, devendo ser renovado após este prazo e caso encerre o mandato da atual diretoria administrativa da organização da sociedade civil de atendimento direto ou indireto, a OSC deverá atualizar seus dados junto ao CMDCA para atualizar o seu atestado". Isso aí está na Resolução 100. Foi até

a Duda que deu essa ideia lá. Tipo, tem algumas instituições que têm eleições no meio, na metade do percurso aí dos 2 anos. E como está escrito Ra resolução 100, a organização é responsável para atualizar seus dados. O CMDCA não vai ficar olhando processo por processo e dizer: "Ó, amanhã vai, como é, amanhã vai vencer tua ata". Então, as organizações mesmo que têm que atualizar, têm que vir atrás. Então, vai ser o mesmo processo, envia lá para a secretaria, para as meninas ali. Então, ali ela atualiza e a pessoa recebe o atestado com uma continuidade, né, para os 2 anos. O artigo 4º… A OSC que tiver seu registro cancelado… suspenso nos termos do artigo 3º da resolução, deverá solicitar novo registro. A reativação. Solicitar a reativação do registro. De acordo com a Resolução 100/2024. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só ali no artigo 3º, por favor. Ali, ó: "A OSC que concluir o recadastramento". Não dá a entender de que depois que tu terminou o link vai sair automático? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Acho que ali vai ter que ter o prazo que a gente estava falando. Onde colocar esse prazo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, até eu penso que ali entra o prazo para nós, né? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A gente, pessoal, assim como administrativo aqui da secretaria e nós do registro, então a gente estava querendo dar um prazo assim para… Era de 5 dias, né, que vocês tinham? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** A gente sempre tem um prazo de 7 dias. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E para aumentar para uns 10 dias. A gente vai analisando, manda para a Carol e a Carol assina, que é assinatura eletrônica. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu acho que talvez pode ser um parágrafo. O recadastramento e atualização é esse ali, ok? Após, findo esse prazo, após a análise, a OSC receberá o atestado. Após a análise da equipe técnica, entendeu? Que daí tu não vai dizer se é em 10 dias. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Após a análise na comissão. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, eu acho que tira essa primeira parte e coloca: "A OSC receberá…". **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A OSC receberá o atestado de funcionamento após a análise dos documentários, sei lá, alguma coisa assim.

Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga: Após a análise e aprovação dos documentos. Começa no "após". Após análise e aprovação dos documentos encaminhados pela OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aí mais uma questão. Por exemplo, a instituição, ela está ali nos documentos, ela está mandando documentação com dados de educação infantil, serviço de convivência e trabalho educativo. No último atestado de funcionamento dela daqui, ela só tem educação infantil. O que vamos fazer? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Aí vai solicitar, notificar para eles fazerem a inscrição do programa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, daí não teria que ter algo falando sobre isso? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** A renovação do atestado será pelos serviços já inscritos. Novos inscritos precisam ser apresentados com plano de trabalho, conforme o artigo tal. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Parágrafo 2º. Bota mais um parágrafo. Eu acho que entra como parágrafo 2º. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu acho que não. [Falas concomitantes]. Ele entraria como artigo 4º. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** A renovação do atestado será somente de serviços já inscritos neste conselho. A inscrição de novos serviços deverá passar por aprovação, daí conforme o artigo tal da Resolução 100. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só para inscrição é pouco, é só um formulário. Só faltou uma letra O na aprovação ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E aí a pergunta que eu faço é: hoje, nós estamos fazendo o atestado de funcionamento de acordo com a data da ata de eleição. Digamos, a ata de eleição vai vencer agora em dezembro de 2025. Então, teu atestado não vai ser de 2 anos, vai ser de dezembro de 2025. Vamos manter isso ou vai ser de 2 anos? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Não, eu acho que tem que vincular com o mandato da diretoria. "Após este prazo ou antes, caso encerrado o mandato da diretoria". Porque é bem como tem no atestado de funcionamento. Hoje o atestado de funcionamento é assim. Tem uma frase que vincula ao mandato da diretoria. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** A gente comentou sobre isso com o Paulinho. O Paulinho esteve essa semana aqui, falando sobre ser essa resolução. E,

segundo o Paulinho, a OSC que teria que estar atualizando. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Sim, mas isso não altera. A responsabilidade de monitorar o vencimento é da OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Assim, a instituição, a instituição vai continuar fazendo o seu processo de organização, mas se tu der uma documentação válida por 2 anos e a ata dela vale até dezembro, ela não vai atualizar. Sabe? Isso a gente tem que pensar bem na realidade, ela não vai fazer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É que a maioria quando eu leio os estatutos, geralmente os mandatos é de 4 anos ou indeterminado, né? É o mínimo. Geralmente eu nunca vi uma OSC que tem 2 anos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Validade de 2 anos. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Devendo ser renovado após este prazo e/ou caso encerre o mandato das diretorias. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Mas como seria E/OU? Como as duas coisas aconteceriam juntas? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Porque ela pode renovar a cada 2 anos, mas se nesse meio tempo não pode haver de terminar o mandato um ano antes? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Sim, mas daí é essa a segunda alternativa. É só o ou daí. Eu acho que é só o ou. É ou vinculado ao prazo da vigência da diretoria ou os 2 anos. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** De no máximo, de acordo com a diretoria, no máximo 2 anos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E aí devendo ser renovado antes deste prazo. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** O que eu te sugiro? Pode apagar essa parte. Deixa dos 2 anos. Depois ali, após este prazo, daí aqui tu coloca: "Ou antes, caso encerre o mandato". Mas aí a gente tem que lembrar de quando colocar no atestado, deixar explícito esse, o atestado é válido e já vincular com a data da ata. A gente pode colocar as duas, a frase junta já, de: "Esse atestado é válido por 2 anos ou até o término do prazo do mandato". A gente não precisa alterar os prazos, porque se a OSC for precisar apresentar esse atestado, ela vai precisar apresentar a ata. Se tiver nomes diferentes, ele não está válido o atestado. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E lá dentro do formulário tem ali que a Carol mandou colocar a data de validade da diretoria. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Já está ali para a gente poder cruzar a informação. No próprio atestado vai a validade. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Aí depois, aí depois dali do formulário a gente vai botar no atestado. A validade do atestado vai até aqui. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Isso. Mas entende que a gente pode vincular os 2 anos ou ao término do mandato, sem precisar citar o término do mandato no atestado? Porque essa preocupação, ela está com a validade ali e daí ela vai apresentar aquele mesmo se não tiver a mesma diretoria. Mas ela vai precisar apresentar a ata junto daquilo. Se no atestado está escrito que a diretora é a Maria e na ata for o João, quando ela apresentar as duas coisas, já vai estar implícito que o atestado não está válido. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, só que daí ali diz assim: "Este atestado tem validade até…". Entende? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Ou até o prazo do mandato da diretoria. Mas aí tu vai botar uma data? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas eu acho que fica feio. Porque daí tu vai botar válido até 31 de 2026, mas ou dezembro de 2025. Fica duas datas. [Falas concomitantes]. Então, com exceção dessa questão só, que a gente só vai ver o E ou o OU, o restante está tranquilo, gente? Podemos colocar em votação? Então, em votação, quem é a favor, por favor, ao texto da resolução. OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Lembrando de que é assim, ó, nesse período agora de junho, vamos precisar que a Comissão de Políticas, vocês fiquem com as visitas das RTMAS. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Assim, a Comissão de Registros vai pegar esse recadastramento para analisar. Então, vamos aproveitar quartas e algum outro turno. E a gente está cheio de RTMAS na nossa comissão. A gente ia tentar para esse meio de junho passar para vocês, políticas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, tá. Força-tarefa também funciona, né. Podemos pensar. Então, isso aqui já aprovado já vamos divulgar, tá? Comissões? **Francyne da Rosa, CEMME:** Não, só a análise de processo daquela OSC que eu já pedi, para a gente fazer a visita. Eu já tinha duas OSCs de um outro processo para fazer a visita, daí incluí ela também na Zona Sul. E fizemos despachos, inclusive para essa OSC eu pedi o

despacho no mesmo dia. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Obrigada. Ótimo. Sônia.

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Processo SEI 23.0.00003926-8. A OSC é o **POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA**, o Calábria, Projeto Adote um Futuro 3. Ela encaminhou o Ofício DG 092/2025, em 15/05/2025, solicitando transferência de recursos entre projetos e o encerramento do Projeto Escola Startup. Então, em análise, a comissão emite parecer favorável à transferência solicitada que é do projeto Escola Startup, Termo de Fomento 24/2024, aprovado na Resolução 098/2022, Certificado 019/2022, com vencimento em 31 de dezembro de 2024, para o Projeto Adote um Futuro, aprovado na Resolução 060/2023, Certificado 010/2023, com vencimento de captação até 30 de junho de 2025, num valor de R$ 200.957,22. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. OK, gente? Em votação, quem é favorável? OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Segundo processo. O Processo 24.0.000140278-8. OSC requerente é o **PÃO DOS POBRES**. Projeto Transformar Vidas, serviços, programas e projetos de forma contínua e permanente às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. A OSC encaminhou o Ofício 12/2025, onde solicitou transferência de valores entre projetos. Houve então aqui, eu só vou colocar dentro do que, houve uma, um apontamento da equipe de, da SMIDH, quanto a que esse recurso, esse projeto já havia recebido, então uma, uma transferência, e aí eles apontaram dizendo que contrariava a resolução 150. Então, a gente fez a pesquisa, tá? E daí no Despacho 33703674, há a informação de que o projeto de origem recebeu transferência em 2023 e cita a Resolução 150. O texto do referido artigo, que o texto do referido artigo somente limita a quantidade de transferências efetuada, não limitando a quantidade de receber transferências de valores. Então, assim, a comissão emite parecer favorável à transferência de Projeto Manutenção dos Programas D da entidade, aprovado na Resolução 095/2022, Certificado 017/2022, com vencimento em 31 de dezembro de 2024, para Transformar Vidas, serviços, programas e projetos, aprovado na Resolução 140/2024, Certificado 24/2024 e o vencimento é 30 de dezembro de 2026. O valor a ser transferido, R$ 976.492,00. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**

do CMDCA: Alguma dúvida? Tá. Em votação então. Quem é favorável? OK, **APROVADO POR UNANIMIDADE** também. Outra comissão? Políticas? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Só analisamos os processos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Então tá. Que mais que a gente tem? Então tá, gente. Acho que é isso. Semana que vem a nossa plenária, ela é normal, ela é à tarde. Reunião de manhã, comissões de manhã. É isso? Então, beijo e um queijo.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 13h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.